

9.2 — Entrevista profissional de selecção — cada factor de apreciação integrante da entrevista profissional de selecção será pontuado de 0 a 20 pontos, após o que se procederá ao cálculo da sua média aritmética, que constituirá a pontuação final da mesma entrevista, conforme ficha auxiliar a elaborar pelo júri.

Serão apreciados a atitude profissional (sentido de responsabilidade e motivação), a facilidade de comunicação e expressão (clara, ordem e método) e o conhecimento das tarefas inerentes ao conteúdo funcional dos lugares a prover, ponderados do seguinte modo:

*Favorável preferencialmente* — de 18 a 20 pontos;

*Bastante favorável* — de 14 a 17 pontos;

*Favorável* — de 10 a 13 pontos;

*Favorável com reservas* — de 5 a 9 pontos;

*Não favorável* — de 0 a 4 pontos.

10 — As relações dos candidatos e as listas de classificação final serão afixadas no expositor da Divisão de Recursos Humanos, sem prejuízo de recurso aos meios de publicitação expressos nos artigos 34.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — O júri dos concursos terá a seguinte composição:

Referência A:

Presidente — Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, vereador a tempo inteiro.

Vogais efectivos:

Engenheiro Pedro Manuel Almeida Valente, chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro Horácio Augusto Lima de Figueiredo, chefe de divisão de Obras Municipais e Manutenção.

Vogais suplentes:

Dr. Armando Francisco Adriano Ribeiro, chefe da Divisão de Planeamento.

Dr.ª Maria Isabel Silvestre Mariano, chefe da Divisão Administrativa Jurídica.

Referência B:

Presidente — António Alberto Almeida de Matos Gomes, vereador a tempo inteiro.

Vogais efectivos:

Engenheiro Óscar da Silva Brandão, chefe da Divisão de Obras Particulares, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Engenheira Rosa Maria Correia Guimarães, engenheira civil assessora.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Isabel Silvestre Mariano, chefe da Divisão Administrativa Jurídica.

Maria Filomena Tavares Correia, chefe de secção da Divisão de Obras Particulares.

Referências C, D e E:

Presidente — Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, vereador a tempo inteiro.

Vogais efectivos:

Dr. José Pedro Vieira de Almeida, director de departamento técnico municipal, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro Horácio Augusto Lima de Figueiredo, chefe de divisão de Obras Municipais e Manutenção.

Vogais suplentes:

Engenheiro Paulo Jorge Sá Reis, engenheiro civil principal.  
Adão Moreira de Pinho, encarregado.

13 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente um política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 de Junho de 2007. — O Vereador com Competências Delegadas,  
*Manuel Augusto de Bastos Carvalho.*

2611023296

#### Aviso (extracto) n.º 11 536/2007

Para cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e suas alterações, torna-se público que, por meu despacho de 12 de Junho do corrente ano, nomeei para as categorias de auxiliar, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais (duas vagas), Lourenço Filipe Soares e Rui Filipe Fernandes da Silva, de operário altamente qualificado, operador de estações elevatórias e de tratamento ou depuradoras (uma vaga), José Afonso Cardoso de Sousa, de operário qualificado, canalizador (uma vaga), Carlos Alberto de Pinho Soares, lubrificador (uma vaga), Sérgio Rodrigues da Rocha, e trolha (uma vaga), Manuel da Costa, e de operário semiquilificado, canalizador, Hilário Teixeira da Silva, por serem os candidatos melhor classificados nos concursos externos de ingresso a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 29 de Janeiro de 2007, os quais, nos termos do artigo 11.º do decreto-lei acima referido, deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (A nomeação em causa não se encontra sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atendendo ao disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

12 de Junho de 2007. — O Vereador, com competências delegadas,  
*Manuel Augusto de Bastos Carvalho.*

2611023326

#### CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

##### Aviso n.º 11 537/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho do vereador da área de planeamento e gestão urbanística de 6 de Junho de 2007, proferido no uso de competência subdelegada pelo presidente da Câmara, vai proceder-se à discussão pública relativa à alteração do lote n.º 17 do loteamento a que se refere o processo n.º 29/85, em que é interessado Aurélio Esteves, durante o período de 15 dias, com início no 1.º dia útil seguinte à sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 15 horas e 30 minutos, no edifício dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Secção de Atendimento e Comunicação.

13 de Junho de 2007. — O Vereador da Área Funcional, *Joaquim Luís Nobre Pereira.*

2611022969

#### CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO BISPO

##### Aviso n.º 11 538/2007

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 16 de Abril de 2007, e no uso da competência que me confere o n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei para secretário do vereador José Eduardo Borges Rodrigues Maurício Mateus Luís Miguel Gonçalves da Paixão, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2007.

18 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Gilberto Repolho dos Reis Viegas.*

2611023485

##### Aviso n.º 11 539/2007

#### Concurso interno de acesso limitado para um lugar de técnico superior principal, área de gestão

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 3 de Maio de 2007, e no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei, com efeitos a partir do dia 27 de Abril de 2007, para o lugar em epígrafe o candidato Luís José Rosado Correia.

O termo de aceitação deverá ser assinado no prazo legal de 20 dias contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1

do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

25 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Gilberto Repolho dos Reis Viegas*.

2611023481

## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

### Aviso (extracto) n.º 11 540/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 14 de Junho de 2007, e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com adaptação à administração local, pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, se encontra aberto concurso para preenchimento de um lugar de direcção intermédia de 1.º grau, director do Departamento de Planeamento e Urbanismo, do respectivo quadro de pessoal.

Área de actuação do cargo a prover — a estabelecida no regulamento interno da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António no âmbito das competências cometidas aos departamentos.

Requisitos legais:

Gerais — os referidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 12.º do citado diploma legal sem prejuízo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 93/2005, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho;

Especiais:

Integração em carreira do grupo de pessoal técnico superior com pelo menos seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício seja exigível uma licenciatura;

Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional.

Condições preferenciais — experiência profissional específica comprovada directamente relacionada com o cargo a prover.

Prazo de candidatura — 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso.

Local de trabalho — município de Vila Real de Santo António.

Métodos de selecção — serão utilizados os seguintes métodos de selecção: avaliação curricular e entrevista pública.

Forma de provimento — nomeação em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Formalização das candidaturas — os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas no prazo estabelecido para o efeito mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Praça do Marquês de Pombal, 8900-231 Vila Real de Santo António, e entregue pessoalmente ou enviado pelo correio registado, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado e acompanhado dos seguintes documentos:

Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, residência, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade e número de contribuinte);

Declaração de que o candidato possui os requisitos legais de admissão;

Habilitações literárias e profissionais;

Referência ao aviso do concurso.

Documentos a juntar:

*Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado, do qual constem, para além de outros elementos julgados necessários para esclarecimento do júri e adequada apreciação do seu mérito, os seguintes: habilitações académicas e profissionais, cursos realizados e participações em acções de formação e respectiva duração, funções que exerce ou exerceu e respectivos tempos de permanência nesse serviço;

Documento comprovativo das habilitações académicas, autêntico ou autenticado;

Declaração passada pelo serviço competente da qual constem a categoria detida, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações profissionais, dos cursos e das acções de formação.

Em caso de dúvida, o júri poderá exigir a qualquer dos candidatos os esclarecimentos ou a apresentação de documentos comprovativos das duas declarações.

Júri do procedimento concursal:

Presidente — Engenheiro Luís Filipe Soromenho Gomes, presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Vogais:

1.º Arquitecta Maria da Estrela Mangas Rua Amaro, directora do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Tavira.

2.º Mestre Carlos Alberto Pereira Martins, professor-adjunto na área departamental de engenharia civil, da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve.

O presente aviso será publicado no *Diário da República*, em jornal de expansão nacional e na bolsa de emprego público, conforme refere o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, com as alterações que lhe foram conferidas pela Lei n.º 51/2005, em conjugação com o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 93/2004.

14 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Soromenho Gomes*.

2611023588

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIZELA

### Aviso n.º 11 541/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, no uso das competências que me confere o n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei, na sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de cinco lugares de assistente administrativo especialista, aberto por aviso afixado no *placard* interno desta autarquia em 20 de Abril de 2007, e cuja lista de classificação final foi por mim homologada em 28 de Maio de 2007, para ocupar os respectivos lugares, os seguintes candidatos: Maria José Silva Marinho, Paula Cristina Ferreira Coelho Silva, Ricardo Manuel Gomes Costa, Ricardo José Ferreira Silva e Sílvia Anita Lopes.

Mais se torna público que os candidatos acima mencionados deverão aceitar a presente nomeação nos 20 dias seguintes à publicação deste aviso em *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas).

29 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ângelo da Silva Ferreira*.

3000226944

## JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

### Aviso n.º 11 542/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, com fundamento no n.º 4 e nas alíneas *h*) e *i*) do n.º 1, ambos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Elisa Maria da Rocha Costa, assistente administrativa, com início em 2 de Abril de 2007, pelo período de um ano. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

9 de Abril de 2007. — O Presidente, *Fernando Amaral*.

2611023240

### Aviso n.º 11 543/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, com fundamento no n.º 4 e nas alíneas *h*) e *i*) do n.º 1, ambos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Paulo Defensor Fonseca Pereira Ferreira, auxiliar de serviços gerais, com início em 10 de Abril de 2007, pelo período de um ano. (Isento do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

9 de Abril de 2007. — O Presidente, *Fernando Amaral*.

2611023236

### Aviso n.º 11 544/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, com fundamento no n.º 4 e na alínea *e*) do n.º 1, ambos do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Maria da Conceição de Freitas Ribeiro, auxiliar de serviços gerais, com início em 16 de Abril de 2007, pelo período de quatro meses.